

Suprema Corte derruba ação para tirar Trump da eleição de novembro

Corrida à Casa Branca

Suprema Corte decide que Estados não podem barrar Trump nas eleições

— Decisão deixa caminho livre para ex-presidente sair como o principal candidato à nomeação republicana; primárias da Superterça hoje devem consolidar seu favoritismo

WASHINGTON

Após uma série de vitórias folgadas nas primárias republicanas e caminhando para consolidar seu nome como candidato do partido hoje na Superterça, Donald Trump livrou-se ontem de uma ameaça legal à sua pretensão de voltar à Casa Branca. A Suprema Corte decidiu que os Estados americanos não podem impedir o ex-presidente de concorrer a outro mandato, rejeitando uma contestação do Colorado à sua elegibilidade. Como outros Estados apresentaram cenários semelhantes, a decisão da Suprema Corte tinha o potencial de bagunçar a corrida presidencial com a retirada do nome do republicano das cédulas em todo o país.

Embora os nove juízes tenham apresentado razões diferentes, o resultado final da decisão foi unânime. Todas as opiniões centraram-se em questões jurídicas e nenhuma tomou posição sobre se Trump se envolveu realmente numa insurreição no ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021, como os tribunais do Colorado concluíram.

A decisão deixa Trump como o principal candidato à nomeação republicana. Ela encerra também a questão em outros Estados. Segundo o blog Lawfare, pelo menos seis Estados importantes apresentaram o questionamento, entre



Trump elogiou decisão: 'Fiquei muito honrado com votação de 9 a 0'

eles Michigan, Wisconsin, Arizona e Texas. Em muitos outros, os tribunais rejeitaram casos como este e os recursos estavam pendentes.

CONGRESSO. Todos os juízes da Suprema Corte concordaram que os Estados não podem barrar candidatos à presidência em razão de uma disposição constitucional, a Seção 3 da 14ª Emenda, que proíbe insurretantes de ocuparem cargos. Uma maioria de cinco dos nove juízes, porém, determinou que o Congresso deve decidir sobre isso.

A decisão foi tomada em um cronograma apressado, chegando um dia antes das primárias da Superterça - que ocorrem hoje no Colorado e outros

14 Estados. Numa série de movimentos inusitados, o tribunal publicou a decisão em seu site ontem. Normalmente, as decisões são publicadas apenas no fim do mês.

Ficha Ex-presidente enfrenta nos tribunais quatro casos criminais e um civil em diferentes Estados

De acordo com a imprensa americana, foi a decisão mais importante do tribunal relativa a uma eleição presidencial desde que George W. Bush venceu a disputa com o democrata Al Gore em 2000.

Numa entrevista a um pro-

grama de rádio conservador, Trump disse estar satisfeito com o resultado. "Fiquei muito honrado com uma votação de nove a zero", disse ele. "E isto é para futuros presidentes, não é só para mim."

CRIMES. O ex-presidente enfrenta quatro acusações criminais em quatro cidades diferentes enquanto luta para retornar à Casa Branca. Além dos casos criminais, Trump foi alvo de um processo civil na cidade de Nova York, no qual foi condenado a pagar uma multa equivalente a US\$ 355 milhões (cerca de R\$ 1,76 bilhão) e o proibiu de administrar seus negócios no Estado por três anos. Ele enfrenta acusações de conspirar para anular uma eleição perdida e de armazenar documentos confidenciais em sua propriedade na Flórida.

Na semana passada, os juízes concordaram em ouvir contestação de Trump à decisão de um tribunal de recursos. O ex-presidente alega ter imunidade presidencial contra acusações criminais de que teria tentado anular os resultados da eleição de 2020. A decisão da Suprema Corte sobre essa questão poderá determinar se Trump enfrentará um julgamento federal em Washington no segundo semestre, no auge da campanha presidencial, o que o obrigaria a se dividir entre audiências nos tribunais e eventos de campanha. **NYT, AP e WP**

2 perguntas para...

Carlos Gustavo Poggio
professor do departamento de ciência política do Berea College (EUA)

Qual o significado da decisão da Suprema Corte?

É mais uma notícia positiva, no meio de uma onda de boas notícias, para o ex-presidente Donald Trump. A discussão de tirar o nome dele das cédulas eleitorais por decisão dos Estados está encerrada. O parecer da Suprema Corte acaba com qualquer possibilidade.

E qual seu impacto eleitoral?

O que pode acontecer é que aqueles republicanos - que são poucos - que estivessem mais reticentes por causa dos problemas na Justiça podem se sentir mais encorajados em votar em Donald Trump. Há uma parcela de eleitores que ainda espera ver se o republicano vai ser condenado nos processos, mas o voto daqueles que pretendem votar nele independentemente do que aconteça está muito consolidado.

JESSICA PETROVNA

Prováveis cenários

● Candidatar-se condenado
Donald Trump pode continuar candidato mesmo se for condenado por algum de seus crimes. A Constituição americana estabelece pouquíssimos requisitos de elegibilidade para presidentes. Eles devem ter pelo menos 35 anos, ser cidadãos natos e ter vivido nos EUA por pelo menos 14 anos. Não há limitações baseadas em caráter ou registro criminal. Embora alguns Estados proibam os criminosos de concorrer a cargos estaduais e locais, essas leis não se aplicam a cargos federais. Os partidos Republicano e Democra-

ta têm vagas garantidas nas cédulas eleitorais gerais em todos os Estados, e os partidos dizem às autoridades eleitorais qual nome deve ser colocado nelas.

● 14ª Emenda
A Suprema Corte - liderada por uma supermaioria conservadora, com três juízes nomeados pelo próprio Trump - tem a palavra final sobre a inelegibilidade com base na Seção 3 da 14ª Emenda, que desqualifica pessoas que "se envolveram em insurreição ou rebelião" depois de fazer um juramento à Constituição. E não há conexão direta com casos criminais ou a possibilidade de desqualificação automática. Não há dúvida de que o Congresso pode designar

grupos de pessoas aos quais a Seção 3 se aplica, disse Anthony Michael Kreis, professor assistente de direito na Georgia State University. Hoje, no entanto, há pouca chance de um Congresso dividido tomar tal medida, e nenhum dos crimes dos quais Trump é acusado acarreta essa penalidade automática.

● Voto proibido

Se Trump for condenado em alguma das acusações, provavelmente não poderá votar. O republicano está registrado na Flórida e a maioria dos criminosos no Estado só recupera o direito de voto depois de cumprir toda a pena, incluindo liberdade condicional ou liberdade provisória, e pagar todas as mul-

tas e taxas. Mas é altamente improvável que Trump, se condenado, tenha tempo de cumprir sua sentença antes do dia da eleição. Ele também poderia solicitar clemência ao governador Ron DeSantis. Um residente da Flórida condenado por um crime poderia solicitar a restauração de seus direitos de voto por meio desse processo, mesmo que sua condenação tenha ocorrido em outro Estado. Como Trump também tem residência em Nova York, ele poderia ainda mudar seu registro eleitoral para lá e aproveitar a abordagem mais permissiva: os criminosos em Nova York podem votar enquanto estiverem em liberdade condicional. Mas, como na Flórida e

em quase todos os outros Estados, eles ainda não podem votar enquanto estiverem na prisão. Portanto, se Trump for preso, ele poderá se encontrar na extraordinária posição de ser considerado apto a ser votado, mas inapto a votar.

● Eleito na prisão

Ninguém sabe o que aconteceria se Trump fosse eleito enquanto já estivesse preso. "Estamos muito distantes de qualquer coisa que já tenha acontecido", disse Erwin Chemerinsky, especialista em direito constitucional da Universidade da Califórnia. Legalmente, Trump permaneceria elegível para ser presidente mesmo se estivesse preso. **NYT**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional Caderno: A Pagina: 12